



Anais da Assembléia

ANO XI

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA EM 13 DE MAIO DE 1985.

N.º 38

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.ª LEGISLATURA

ATA DA 32.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 13 DE MAIO DE 1983.

SEGUNDA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Nilso Sguarezi, secretariada pelos Senhores Deputados Artagão Mattos Leão e Ervin Bonkoski.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nilso Sguarezi, Antônio Annibelli, Nelson Buffara, Anibal Khury, Quielise Crisóstomo, Fiori Luiz, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airtton Cordeiro, Amélia Hruschka, Antônio Belinati, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Caíto Quintana, Dirceu Manfrinato, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gilberto Carvalho, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, José Antônio Fonseca, Luiz Alberto Oliveira, Nelson Vasconcellos, Orlando Pessuti, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Sérgio Spada, Tadeu Lúcio Machado, Tadeu França, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Tuguio Setogutte, Werner Wanderer e Wilson Fortes (39). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Ezequias Losso, Basílio Zanusso, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Ferrari Júnior, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Hermas Brandão, Homero Oguido, Jorge Maia Filho, Leônidas Chaves, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nestor Baptista, Odeni Mongruel, Osvaldo Alencar Furtado, Roberto Requião, Rubens Bueno e Sabino Campos (19).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (Nilso Sguarezi) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Emenda:

EMENDA CONSTITUCIONAL N.º 84/85.

Artigo 1.º — O artigo 22, IX, da Constituição do Estado do Paraná passa a vigorar com a seguinte redação:

“IX - aprovar, previamente, por votação secreta, a indicação dos Conselheiros do Tribunal de Contas.”

Sala das Sessões, em 13 de maio de 1985.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

Apoiamento:

Trajano Bastos, Nelson Vasconcellos, Péricles Pacheco, Eduardo Baggio, Antônio Belinati, Werner Wanderer, Erondy Silvério, Aduail Sprenger Passos, Orlando Pessuti, Wilson Fortes, Paulo Furiatti, Ivan Gubert, Dirceu Manfrinato, José Antônio Fonseca, Augusto Carneiro,

Anibal Khury, Acir Mezzadri, Caíto Quintana e Gilberto Carvalho.

JUSTIFICATIVA:

A presente iniciativa visa restabelecer a designação, por via eletiva, de Prefeitos da Capital e dos municípios considerados estâncias hidrominerais, abolindo-se a faculdade atribuída ao Governador do Estado de nomeá-los, após prévia aprovação da Assembléia Legislativa, o que, “incontestavelmente, fere a autonomia municipal, pois, intuitivamente, não é autônomo um poder que se não dirige por si, mas está submetido a um outro” (in Raul Machado Horta: A Autonomia do Estado-Membro no Direito Constitucional Brasileiro — Belo Horizonte, 1964, pág. 117).

A Constituição Federal assegura a autonomia municipal pela eleição direta de Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores (art. 15, item I).

Essa autonomia é assegurada, também, pela administração própria, no que respeite ao seu peculiar interesse, especialmente quanto à decretação e arrecadação de tributos de sua competência e à aplicação de suas rendas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados por lei e à organização dos serviços públicos locais (art. 15, item II a e b). A doutrina sobre a autonomia municipal ensina que “a Constituição encerra outras normas básicas, a que se vincula intimamente, essa cláusula. Alicerça o sistema político na República Federativa, sob o regime representativo (art. 1.º), proclama que todo poder emana do povo e em seu nome é exercido (§ 1.º do art. 1.º). Repetindo diretriz firmada desde a reforma de 1926, ergue a autonomia municipal à categoria de princípio constitucional da União (art. 10, VII, e)”, (Josaphat Marinho, “A Autonomia dos Municípios e a Segurança Nacional”, Revista de Informação Legislativa, n.º 17, janeiro a março, 1968, págs. 3 a 10), acrescentando que, conferindo densidade a esse poder enunciado, enumera os tributos da competência dos municípios assim como as parcelas dos impostos que lhes devem ser distribuídos. E conclui: “O princípio da autonomia municipal é, portanto, pela firmeza e amplitude com que foi definido, inerente ao regime federativo instituído, o qual, por sua vez, não pode ser abolido mediante emenda à Constituição”.

Acrescentamos que a eleição pelo voto popular, dos Prefeitos das Capitais dos Estados, é um imperativo da democracia, que não comporta quaisquer outras alternativas senão aquela de submeter previamente ao julgamento do povo aqueles que irão administrar a cidade — centro de nossa própria sociedade.

Devolver aos eleitores a capacidade de escolha dos respectivos prefeitos é configurar, dessa forma, a plena autonomia dos municípios — indutores do progresso econômico e social e que, como cidades, têm sido, através da história da humanidade, o centro da civilização. Cabe argumentar, também, que a autonomia política deve ser acrescida de outras duas importantes autonomias, como são a financeira e a administrativa. Proceder de forma contrária, será sujeitar os habitantes de cidades brasileiras, como Curitiba, a uma lei iníqua, discriminatória e reconhecimento antidemocrática, porque sem o

consentimento do povo não haverá legitimidade do poder municipal. Legitimidade política que emana da racionalidade democrática, expressa pelo exercício contínuo do voto livre e independente.

EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL
PROJETO DE LEI Nº 157/84.

Substitua-se o texto original do Projeto de Lei nº 157/84, pelo seguinte

Art. 1º - Os valores de serviços do DETRAN do Estado do Paraná, fixados pelo Art. 25 da Lei nº 7.811, de 29 de dezembro de 1983, reajustados em janeiro de 1985, ficam mantidos até dezembro de 1985.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13 de maio de 1985.

(a) ERONDY SILVÉRIO

Apoiamento

Ervin Bonkoski, Nelson Buffara, Artagão Mattos Leão e Francisco Escorsin.

JUSTIFICATIVA.

O objetivo da presente Emenda Substitutiva Geral é manter nos valores atuais a cobrança de taxas de serviços do DETRAN, tendo em vista que o País encontra-se diante da política da Nova República de contenção de despesas e acréscimos de taxas.

Com a medida proposta, esta Assembléia Legislativa disporá tempo para avaliar e contemplar os estudos já em fase de conclusões para a reformulação da Lei que rege a matéria, procurando com essa medida conciliar, não só o interesse do Departamento Estadual do Trânsito, como também de todos os que usam de seus serviços.

Indicações:

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na qualidade de Líder do Governo, indica os nomes dos Senhores Deputados do PMDB, para comporem a Comissão de Direitos Humanos, em substituição aos já indicados:

Titulares:

Suplentes:

AMÉLIA HRUSCHKA TADEU LÚCIO MACHADO
MÁRCIO ALMEIDA NELSON VASCONCELLOS
SÉRGIO SPADA ROBERTO REQUIÃO
DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR DIRCEU MANFRINATO

Sala das Sessões, em 13 de maio de 1985.

(a) CAÍTO QUINTANA

Líder do Governo e PMDB.

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na qualidade de Líder do PMDB, INDICA, para comporem a Comissão Especial para atuar junto à SUREHMA - Superintendência dos Recursos Hídricos e Meio-Ambiente, aos seguintes Deputados:

Titulares:

Suplentes:

ACIR MEZZADRI ADHAIL SPRENGER PASSOS
NESTOR BAPTISTA PAULO FURLATTI
ERVIN BONKOSKI ROBERTO REQUIÃO

Sala das Sessões, em 13 de maio de 1985.

(a) CAÍTO QUINTANA

Líder do Governo e PMDB.

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, INDICA, na qualidade de Líder do PDS para comporem a Comissão Especial para atuar junto à SUREHMA - Superintendência dos Recursos Hídricos e Meio-Ambiente, aos seguintes Deputados:

Titular:

Suplente:

NELSON BUFFARA ERONDY SILVÉRIO

Sala das Sessões, em 13 de maio de 1985.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

Líder do PDS

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais REQUER, ouvido o Plenário, REGIME DE URGÊNCIA aos PROJETOS DE RESOLUÇÃO de nºs 01 à 38/85, 41 à 52/85, referentes a Convênios diversos firmados com vários órgãos governamentais.

Sala das Sessões, em 13 de maio de 1985.

(a) CAÍTO QUINTANA

Líder do Governo e PMDB

REQUERIMENTO

Senhor Presidente

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais REQUER, ouvido o Plenário, REGIME DE URGÊNCIA ao PROJETO DE LEI Nº 348/84 que declara de Utilidade Pública o "GRANDE ORIENTE DO PARANÁ", com sede nesta Capital

Sala das Sessões, em 13 de maio de 1985

(a) CAÍTO QUINTANA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja inscrito na ata dos Trabalhos de hoje, "Voto de profundo pesar" pelo falecimento do Senhor ELSTOR PEDRO WILGES, ocorrido dia 10 de maio, em trágico acidente automobilístico

Membro de tradicional família do Município de Missal, era casado com a Senhora Iria Scherer Wilges; deixou 2 filhos.

O fato abalou de forma profunda a sociedade local, onde gozava de grande estima e respeito dos muitos amigos que possuía.

Desta decisão, REQUER, ainda seja dada ciência à família enlutada:

Senhora Iria Wilges - sua esposa

Senhor Alfonso Wilges - pai

Senhor Inácio Sherer - sogro - todos residentes à Rua Santa Cruz s/n.^o - Município de Missal - CEP 85.870.

Sala das Sessões, em 13 de maio de 1985.

(a) WERNER WANDERER.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado José Antônio Fonseca, no uso de suas atribuições mandatárias, nos termos regimentais, REQUER de Vossa Excelência, com a aprovação do Plenário, a consignação nos Anais da Casa, de um VOTO DE LOUVOR à atriz FERNANDA MONTENEGRO, dando-lhe ciência deste gesto de reconhecimento e respeito desta Assembléia Legislativa, pelo qual a eleva-se como exemplo de GRANDEZA, de DIGNIDADE e de AUTO RESPEITO que todos os brasileiros devem ostentar diante dos interesses de desenvolvimento e civismo da Nação.

Sala das Sessões, em 13 de maio de 1985

(a) JOSÉ ANTÔNIO FONSECA.

JUSTIFICATIVA:

1.- O gesto da atriz Fernanda Montenegro, ao dispensar o convite do Sr. Presidente da República, para integrar o seu Ministério, respondendo como Ministra da Cultura, sob os fundamentos por ela apresentados, de que: "NÃO SE SENTIA PREPARADA PARA ESSA MISSÃO", e que, "É NO TEATRO QUE ELA DARÁ A SUA MELHOR CONTRIBUIÇÃO DE CULTURA AO PAÍS", reveste-se de uma importância política, social e profissional digna do MAIOR APREÇO e LOUVOR do povo brasileiro; porque ele se impõe contra os 21 anos de ditadura que estamos superando, como PROVA INCONTESTÁVEL de que o povo brasileiro precisa apenas que se lhe respeite a LIBERDADE. A liberdade de criar, de raciocinar, de agir na extensão plena das qualidades que nos identificam em cada indivíduo desta Nação, e TODOS SABEM EM SEUS PRÓPRIOS LUGARES, o que fazer e como fazer BEM FEITO.

2.- Dá-nos como exemplo a ser seguido por todos, a renúncia aos privilégios que o PODER confere, quando o ENGRANDECIMENTO e o tributo de honra às nossas profissões precisem ser postas à Nação como incentivo às necessidades nacionais de sairmos do caos, para a reconstrução e edificação nacional. Pois, ao dizer a grande brasileira Fernanda Montenegro, de que "é no desempenho da sua própria profissão que ela dará a sua melhor contribuição à Nação", está encorajando todos os profissionais brasileiros a apelarem para as suas respectivas integridades profissionais no campo das livres realizações, porque essa é a via mais concreta que dispomos neste momento cruciante da história brasileira.

3.- E, porque essa lição tem o mesmo condão de GRANDEZA da lição de coragem e de abnegação política que nos deu a Senhora RISOLETA NEVES, e porque são as duas MAIORES LIÇÕES DE POLÍTICA que a

retomada do Governo pelos civis, produziu, a MULHER BRASILEIRA já conquistou a "IGUALDADE POLÍTICA" plena neste República, a qual precisa ser registrada nos Anais desta Assembléia Legislativa com respectiva notificação à homenageada, como sinal inequívoco do nosso integral RESPEITO POLÍTICO e comunhão humana nacional.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais que lhe confere o Regimento Interno, REQUER, ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da presente sessão, um "Voto de Aplauso" à ESCOLA DE PAIS DO BRASIL - SECÇÃO DE CURITIBA, pela realização do XVII Seminário Regional da Escola de Pais do Brasil, realizado de 19/04 a 21/04 próximo passado, nesta Capital, no qual foi analisado o tema "Maturidade e Relacionamento".

Entre todas as crises enfrentadas pela gente brasileira, por certo, aquela que se manifesta mais cruel é a de valores morais e éticos. O "ter", filosofia atéia e materialista, sobrepuja o "Ser", o processo do desenvolvimento e aprimoramento do ser humano, o Homem, - criado à imagem e semelhança de Deus - como sujeito de seu destino e agente da História da Humanidade. Dentro desta visão, os valores deste Homem adquirem uma importância maior e única, uma vez que serão eles os pilares sobre os quais este Homem irá se instrumentalizar para a grande construção de seu destino, de seus semelhantes e de todos os homens. A inspiração divina, o modelo do Criador, é a única fonte de referência inquestionável e imutável, para amearhar estes valores. Ao caminhar sem valores ou estribado em falsos valores, este mesmo Homem está enfraquecido, impotente, diante dos desafios que se lhe deparam na caminhada que se propõe, em busca de sua própria realização pessoal e da felicidade como um bem comum. A iniciativa da Escola de Pais do Brasil, por sua representante em Curitiba, é de suma validade. pois do cerne da questão social, do Homem e de uma profunda reflexão sobre os valores que, nos dias de hoje, a ele servem de pedra de toque.

Outrossim, uma vez aprovada a presente proposição, seja dada ciência da mesma à Escola de Pais do Brasil - Secção de Curitiba, na pessoa de seu Presidente, Dr. Felipe Vítola Júnior, e da Escola de Pais do Brasil, na pessoa da Presidenta Senhora Alzira Lopes.

Sala das Sessões, em 13 de maio de 1985.

(a) ADHAIL SPRENGER PASSOS.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do Plenário, seja expedido telex ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, ao Ministro das Minas e Energia

e ao Presidente da ELETROBRAS e à Representação Paranaense no Congresso Nacional, com veemente protesto da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná por ter sido excluído o Paraná da Diretoria da ELETROSUL, e solicitando a convocação de nova Assembléia da ELETROSUL a fim de se corrigir esta distorção continuísta.

Sala das Sessões, em 13 de maio de 1985.

(a) NILSO SGUAREZI.

JUSTIFICATIVA:

O Paraná, às custas do sacrifício de seu território dos locais onde foram construídas as grandes usinas - tem contribuído com a maior parcela de geração de energia para a ELETROSUL. Esta contribuição causou graves problemas sociais ao Paraná, com as inundações de férteis terras e o desalojamento de milhares de famílias.

A ausência de nome paranaense na Diretoria recém-eleita é uma distorção continuísta que não pode ser aceita pelos paranaenses. O protesto retrata, não apenas o passado adverso da ELETROSUL contra o Paraná, que apesar de ter aqui cinquenta e sete por cento de seus investimentos e geração, sempre nos obrigou, por um enorme espaço de tempo à compra de energia aqui gerada e não utilizada, mas, também fica o temor de que continue a mesma política contra os interesses paranaenses, pelos problemas sociais aqui criados.

Ainda, recentemente, a sociedade paranaense teve que se mobilizar para impedir a construção da usina de Capanema. Agora, tememos que a ELETROSUL venha a retomar suas intenções, na continuidade de consumir nosso território com a construção de grandes usinas, como a de Ilha Grande no Rio Paraná.

Isto ocorrendo, teremos um clima de conturbação e de tensão social, eis que, na liberdade da Nova República, o povo se mobilizará para impedir esta investida.

A Revisão da Assembléia Extraordinária, com a inclusão de nome paranaense afinado com os nossos interesses e principalmente dentro do espírito da República, não é, apenas, uma questão de política, e sim, uma medida de justiça.

Nós, que queremos viver a Nova República, não nos quedaremos, ante a invencionice da tecnoburocracia que pretende continuar "se autodesignando" para que possa perpetuar seus desmandos.

Como políticos, fizemos indicação de pessoas aptas e competentes para introduzir as mudanças necessárias no setor. Se nossa sugestão não é aceita nada mais nos resta que denunciarmos os desmandos e irregularidades da ELETROSUL, a fim de que se ponha um paradeiro nisto que caracteriza outras situações, nunca a da República que pretendemos implantar.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, com base no que dispõe a Constituição Estadual e no uso de suas

atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a convocação do Excelentíssimo Senhor Secretário das Finanças, para prestar a esta Casa os necessários esclarecimentos sobre o processo de endividamento do Governo do Estado.

Sala das Sessões, em 13 de maio de 1985.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

Líder do PDS.

JUSTIFICATIVA:

Através da Mensagem 95/85, o Senhor Governador do Estado solicita a esta Assembléia autorização para o Poder Executivo contrair empréstimo ou obter financiamentos externos, em moeda estrangeira, no montante de US\$ 63,6 milhões.

Essa é a quinta mensagem nesse sentido que o atual Governo dirige ao Legislativo. Todos recordam as contundentes críticas, durante a campanha eleitoral de 1982, à obtenção de recursos externos e o conseqüente endividamento do Estado, apontando os então candidatos da oposição a expansão da dívida externa como causa dos graves problemas atuais.

Pelo que se constata, a retórica de palanque era uma e a realidade de agora é bem outra, quando se pratica uma política de endividamento que compromete a capacidade de investimento do Estado e que irá comprometer as administrações futuras.

É o ritmo que se imprime ao endividamento do Estado que precisa ser explicado pelo Senhor Secretário das Finanças do Estado, para o pleno conhecimento deste Legislativo, para que este, como co-participante da gestão do Estado, possa posicionar-se em face de matéria de tamanha importância para a administração pública.

Como passaremos a ver, o Governo do Paraná está apenas rolando a dívida.

Segundo a Informação nº 210/84-SEDIR/SEFI, em 1º de janeiro de 1983, a dívida externa da Administração Direta era de US\$ 619,8 milhões, sendo US\$ 334,5 milhões de principal e US\$ 285,3 milhões de encargos.

No ano de 1983 foram pagos, como amortização e encargos, US\$ 51,5 milhões. Mas, acontece que foram tomados empréstimos para a rolagem de dívida no montante também, de US\$ 51,5 milhões, dos quais US\$...12,0 milhões de operações 63, US\$ 8,7 milhões, através de Avisos 30 do Banco do Brasil, e US\$ 30,8 milhões de empréstimos com base na Lei 4.131.

Isto é, nada se pagou com recursos próprios; todos os compromissos da dívida foram rolados.

Pela falta de informações claras e precisas a esta Assembléia, não se tem notícia exata de quanto foi pago a título de amortização e de encargos da dívida externa no ano de 1984, e quanto do valor pago foi objeto de rolagem.

O mesmo Documento 210/84, informa que o Serviço da Dívida Externa (amortização mais encargos) para 1985 é de US\$ 92,8 milhões.

Para o pagamento do Serviço da Dívida de 1985 solicita o Executivo autorização para contrair

empréstimos externos objetivando a rolagem no valor de US\$ 63,6 milhões, indicando isso que 68,5% dos compromissos deste ano não serão pagos, que serão transferidos para as próximas administrações.

Em face disso é preciso que seja explicado a esta Assembléia porque o Governo não paga os compromissos da dívida, usando do recurso da "rolagem", em um momento em que a receita própria do Paraná apresenta crescimento real, quer dizer, tem crescimento superior à inflação, já que o ICM vem apresentando crescimento real superior a 8% nos dois últimos anos.

Se quando notar, também, que os empréstimos externos vinculados (BID e Banco Mundial) têm juros subsidiados e prazos de cerca de 16 anos, e se destinam exclusivamente para investimentos, ao passo que os empréstimos externos não vinculados (como é o caso presente) estão sujeitos aos juros de mercado e seus prazos raramente atingem mais de 8 anos.

O Governo José Richa está realizando empréstimos de bancos privados ao amparo da Lei 4.131, está emprestando dólares para saldar compromissos oriundos de empréstimos subsidiados destinados a investimentos.

Isto quer dizer que a próxima administração terá que pagar as parcelas dos empréstimos vinculados mais as parcelas dos compromissos que o atual Governo não está pagando e transferindo deliberadamente para as futuras administrações.

Quando o atual Governo se instalou havia um saldo de US\$ 40,0 milhões da administração anterior, autorizada pela Lei 7534, de 25/11/81. Este saldo foi utilizado para operações de crédito não vinculadas (nas operações que caracterizam o "escândalo dos dólares".

O atual Governo solicitou e obteve autorização para a contratação de mais US\$ 80 milhões em empréstimos não vinculados e solicita agora autorização para contratar mais US\$ 63,6 milhões de empréstimos externos não vinculados, afirmando ser o objetivo completar o Orçamento de 1985 mediante a rolagem da dívida.

Conclui-se que o atual Governo até o final de 1985 terá feito um total de US\$ 183,6 milhões de empréstimos não vinculados, os quais, somados ao BID II (rodovias) e ao PRORURAL, ambos em andamento, e mais aos US\$ 130 milhões do BID II (rodovias), aos US\$ 52,5 milhões PRAM (Banco Mundial) e aos US\$ 110 milhões para eletrificação rural, redundarão, em dezembro de 1985, na triplicação da dívida em dólares que o Paraná tinha quando o PMDB assumiu o poder.

As perspectivas para o futuro são, portanto, de um sério comprometimento quando se percebe que hoje a capacidade de investimento do Estado se encontra muito aquém do que se praticava em administrações anteriores.

Ora, se a arrecadação própria tem apresentado crescimento real; se a capacidade de investimento tem sido reduzida substancialmente; se não são pagos os compromissos externos, os quais estão sendo "rolados" em operações a juros de mercado e a prazos curtos, onde se está aplicando o dinheiro? É isto que precisa ser explicado a esta

Assembléia.

Tradicionalmente as leis autorizatórias para empréstimos externos têm dispositivos submetendo a fixação de juros, taxas, comissões, prazos, carências etc. à apreciação das autoridades monetárias federais. Assim foi com a Lei 7.534, de 25/11/81. Porém, o atual Governo, não se sabe ao certo o porquê, nos seus pedidos de autorização de empréstimos externos não vinculados, não estabelece a necessidade de obediência às normas maiores. Assim foi com a Lei 7.813, de 29/12/83 e assim está proposto na Mensagem ora em apreciação.

Por tudo isso, julgamos mais do que oportuno o comparecimento do Senhor Secretário das Finanças para prestar estes esclarecimentos.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado e a Excelentíssima Secretária de Estado da Educação, solicitando-lhes estudos e atendimento às reivindicações propostas por professores de Maringá, por eles assim arrolados:

1. Que se faça coincidir seus reajustes salariais com os do salário-mínimo (1.º de maio e 1.º de novembro), ao invés de 1.º de janeiro e 1.º de julho);
2. elevação vertical de acordo com as habilitações de seis (06) em seis (06) meses; e,
3. Aposentadoria com 2/3 do tempo de serviço pelo 2.º padrão aos professores que já se encontram aposentados pelo primeiro.

Particular atenção merece o item um, que sendo atendido, corrigiria defasagens salariais sofridas pela classe do magistério em certos meses do ano, bem como oficializaria o "Dia do Trabalho", como o da prodigalização de benefícios, também, aos trabalhadores da área educacional.

Sala das Sessões, em 13 de maio de 1985.

(a) TADEU FRANÇA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Ministro da Agricultura e aos presidentes do Banco Central e do Banco do Brasil, bem como ao Conselho Monetário Nacional, transmitindo as reivindicações dos produtores rurais da região do Vale do Ivaí, neste Estado, inclusas na justificação deste requerimento que expõe as dificuldades enfrentadas pelos produtores daquela região.

REQUER-SE o envio de cópia deste a todas as Câmaras Municipais, Prefeituras, Sindicatos Rurais e Patronais dos municípios da região do Vale do Ivaí.

Sala das Sessões, em 13 de maio de 1985.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

Líder do PDS

JUSTIFICATIVA:

Produtores rurais, comerciantes e lideranças políticas de São João do Ivaí, neste Estado, encaminharam ao Deputado que este subscreve, expediente no sentido de que fosse encaminhado às autoridades competentes veemente apelo para que sejam atendidas suas reivindicações e que consistem de:

- a) imediata suspensão dos protestos e execuções pelas instituições financeiras nos casos de inadimplência por parte dos produtores, que não podem saldar seus compromissos em face das dificuldades existentes;
- b) realização de levantamento em todas as agências bancárias para se apurar a situação dos tomadores dos empréstimos;
- c) carência mínima de três anos para as dívidas contraídas, com incidência de juros favorecidos, não só dos produtores rurais como, também, dos comerciantes que dependem fundamentalmente do comportamento da atividade agrícola.

São essas as reivindicações dos produtores e comerciantes do Vale do Ivaí, referendadas pelas lideranças políticas locais, reivindicações cujas razões passamos a expor:

A estiagem e o ataque de ácaros, pela falta de acaricidas, foram os fatores que determinaram acentuada redução no rendimento das lavouras de algodão, fazendo com que a grande maioria dos produtores não atingisse o mínimo para cobrir os custos de produção. Na média houve uma redução de 760 k/ha, representando uma perda em relação aos custos de mais de um milhão e 300 mil cruzeiros, havendo casos de perdas superiores a dois milhões.

Para agravar a situação, as geadas de agosto de 84 reduziram a produção de feijão das águas em cinquenta por cento, com perdas totais em alguns casos, significando redução substancial de recursos para o preparo do solo, plantio, adubação e parte dos tratos iniciais da cultura de algodão, obrigando os cotonicultores a lançarem mão de recursos de cédulas rurais e, na maior parte, de recursos obtidos por empréstimo junto à rede bancária particular e a financeira, em função da insuficiência de recursos obtidos por meio das cédulas rurais.

E o total dos recursos liberados por meio de Cédulas Rurais, vinte e sete por cento destinam-se ao plantio, outros vinte e sete por cento a tratos culturais, e os restantes, quarenta e seis por cento, para a colheita.

Como as parcelas para o plantio e tratos culturais não foram suficientes sequer para o plantio e liberadas com muito atraso, os produtores viram-se obrigados a lançar mão de empréstimos a altos juros.

A parcela para a colheita, por sua vez, foi liberada antecipadamente, mas, em face de todas as dificuldades ela foi empregada para saldar dívidas de insumos e mão-de-obra. Os baixos rendimentos obtidos redundaram em receitas insuficientes para cobrir os gastos de produção, especialmente em função dos altos juros praticados no mercado financeiro, completando, assim, o quadro de dificuldades.

Curitiba, segunda, em 13.05.85

E extremamente grave a situação que está

obrigando os vendedores a vender suas máquinas e equipamentos e até mesmo os imóveis e parte deles, empenhados que estão em saldar seus compromissos, para isso lançando-se na cultura de trigo, como tentativa de obter recursos. Esperando ganhar tempo até se encontrar uma solução, estão adquirindo os insumos para a produção de trigo com 60 a 90 dias.

Providências imediatas é o que se espera, já que a vida de toda a comunidade da região do Vale do Ivaí depende fundamentalmente da manutenção de suas atividades agrícolas.

O Governo da Nova República decidiu destinar 900 bilhões para dar uma solução ao caso do Sulbrasileiro e da Habitasul, especialmente para assegurar emprego aos seus 16.000 funcionários e evitar problemas maiores para a economia do sul.

Os produtores agrícolas da região do Vale do Ivaí, com o seu trabalho, com sua pertinácia e mesmo com seu sacrifício, dão uma parcela considerável de contribuição para a produção de alimentos e para melhorar o saldo da balança comercial do País e é justo que a eles também se apliquem medidas excepcionais numa hora de tão graves dificuldades, procedendo-se ao atendimento de suas reivindicações expostas nesta justificação.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 71/85

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

- Art. 1.º - Fica declarada de utilidade pública a Fundação Faculdade de Agronomia "Luiz Meneghel", com sede e foro no Município de Bandeirantes.
- Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13 de maio de 1985.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretendemos seja declarada de utilidade pública está devidamente registrada sob n.º 48 do Livro "A" Pessoas Jurídicas do Cartório do Registro Civil, Títulos e Documentos da Comarca de Bandeirantes em 24 de novembro de 1975 e a vasta documentação anexa, preenche os requisitos da Lei n.º 6.994, de 10 de janeiro de 1978, que dispõe sobre as normas para declaração de utilidade pública de Sociedades Cíveis, Associações e Fundações constituídas em nosso Estado.

PROJETO DE LEI Nº 72/85

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

- Art. 1.º - Os valores monetários das taxas relativas aos serviços do Departamento de Trânsito (DETRAN), previstos na Lei n.º 7811, de 29 de dezembro de 1983, com as alterações da Lei n.º 8.067, de 28 de dezembro de 1984, vigentes em

30 de abril de 1985, ficam mantidos e inalterados por 60 (sessenta) dias, a contar daquela data.

Art. 2.^o - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13 de maio de 1985.

(a) ADHAIL SPRENGER PASSOS

JUSTIFICATIVA:

A medida legal que se pretende adotar, através do projeto de lei ora apresentado aos ilustres Pares com assento nesta Assembléia Legislativa, tem por objetivo evitar um possível impacto, junto à comunidade, pela brusca elevação dos valores das taxas cobradas pelos serviços prestados pelo Departamento de Trânsito (DETRAN). As referidas taxas são calculadas com base no denominado "Valor de Referência Regional", que o Governo Federal fixa em maio e novembro de cada ano, quando, também, altera os níveis do salário-mínimo.

Se aprovada por esta Casa de Leis e sancionada pelo Chefe do Poder Executivo, a proposição em causa, ensejaria, no prazo de tempo nela inserido, condições no sentido de que o Governo do Estado realize estudos a fim de que sejam revistos os valores de todas ou de algumas das taxas do DETRAN, que a comunidade entende por demais elevadas ou, de certa forma, discrepantes.

Assim, levamos a proposição formulada a exame desta Casa, esperando o necessário apoio e a posterior aprovação.

O SR. PRESIDENTE — (Nilso Sguarezi) Esta finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Acir Mezzadri.

O SR. ACIR MEZZADRI — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

"No exercício da representação política de que fomos investidos pelo mandato popular, vimos hoje a esta tribuna chamar a atenção do governo e da opinião pública para um problema já crônico na nossa região: A virtual paralisação do tráfego da estrada da ribeira — BR 476 — diante da ausência de conservação sistemática dessa rodovia, que corta o vale da ribeira e liga o nordeste do Paraná à divisa — paulista.

Esse quadro não é admissível no presente estágio do desenvolvimento paranaense, em que as rodovias asfaltadas pelo Governo José Richa e Administrações anteriores cortam todo o território estadual. Lamentavelmente, menos o vale da ribeira, onde a natureza primitiva ainda se faz presente, porque ali nem um metro de asfalto foi ainda colocado, para a aproximação e desenvolvimento dos paranaenses que mourejam naquele rincão distante e próximo.

Distante porque isolado do progresso e do dinamismo da nossa capital; embora próximo, porque situado há menos de cinquenta quilômetros de Curitiba.

As reivindicações da população do vale da ribeira, encaminhadas através de sua entidade comunitária, a "Co-Ribeira", indicam que as últimas chuvas reduziram a estrada da ribeira a uma situação quase intransitável. Ainda,

na semana passada a rodovia ficou bloqueada durante todo um dia, porque os caminhões que ali trafegavam, ficaram impedidos de vencer um trecho da serra.

Mas, o vale da ribeira encarada um imenso potencial de riqueza para os paranaenses. Na área de Adrianópolis que represento nesta casa política, estão localizados 40 por cento do total das reservas nacionais de fluorita. Há também, importantes reservas de chumbo, ambos os minerais já estão sendo explorados, mas, carecem de adequadas condições de escoamento.

Ainda no setor de minerais, a exploração das grandes reservas de calcário fará da região da ribeira um dos maiores pólos de produção de cimento do País.

Com a melhoria da BR — 476, também se tornará possível a produção de celulose, aproveitando-se a matéria prima obtida por meio dos projetos de reflorestamento da região, os quais já abrangem mais de 150.000 hectares.

A região do vale da ribeira, está situada a 70 quilômetros da grande Curitiba, a menos de 200 quilômetros dos portos de Paranaguá e Antonina; e num raio de 500 quilômetros ao seu redor, situa-se um mercado consumidor de cerca de 35 milhões de pessoas, o que torna viável qualquer projeto de desenvolvimento

Mas, nada disso será possível enquanto a região não estiver dotada de pelo menos uma via de escoamento.

"A CO - RIBEIRA", falando em nome do vale da Ribeira, pede que a médio prazo, o Governo do Paraná e o Ministério dos Transportes — hoje ocupado por um paranaense, o Ministro Affonso Camargo Neto — unam seus esforços para asfaltar o trecho paranaense da BR - 476, a estrada da ribeira.

Mas, a curto prazo é preciso conservar essa rodovia, seja através do próprio DNER, seja por meio de convênio com o Estado. É o apelo que fazemos ao Governador José Richa, e ao Ministro Affonso Camargo". Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Nilso Sguarezi) Concedo a palavra ao orador inscrito, Deputado Adhail Sprenger Passos, no Pequeno Expediente.

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS — Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Há poucos dias atrás, esta Casa aprovou proposição de nossa iniciativa no sentido de que fosse encaminhado a Sua Excelência o Sr. Governador do Estado, ao Sr. Ministro da Educação, ao Sr. Reitor da Universidade Federal do Paraná e a outras autoridades ligadas à problemática do Ensino Superior deste País no sentido de que todos se empenhassem para que, uma vez por todas, fosse implantada nas unidades universitárias de responsabilidade do Governo Federal, a eleição direta ao Reitor e a todos os dirigentes da Universidade.

Esta Assembléia Legislativa se posicionou favoravelmente à nossa proposição.

Mas, o que há na realidade, Sr. Presidente, Srs. Deputados? O que há na realidade da nossa Universidade Federal do Paraná, na qual tenho a honra de ser Professor? Há na realidade, um desejo incontido nas autoridades universitárias de não respeitarem este anseio, esta aspiração de todo o povo brasileiro, de que as entidades universitárias escolham seus dirigentes em

quaisquer níveis, sob um sistema de eleição direta, com ampla participação de toda a comunidade universitária, representada, esta comunidade, pelos funcionários da Universidade, pelos estudantes da Universidade e pelos professores da Universidade.

Esta Casa está tendo hoje a visita dos estudantes do Curso de Biologia, que vêm trazer o testemunho eloqüente de que a atual Reitoria da Universidade se afirma querer eleições diretas, na verdade, age esquecendo de que o grande anseio da população universitária na nossa Universidade, é pelas eleições diretas para todos os cargos dirigentes desta mesma Universidade.

Ainda agora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, no que se refere ao Curso de Biologia, os estudantes e professores implantaram um sistema para escolher diretamente, com a participação de toda a comunidade ligada ao Curso de Biologia, o Coordenador deste Curso. E o que fez o Sr. Reitor? Desprezou a votação extraordinariamente ampla de todos aqueles envolvidos diretamente no processo, para apenas se ater à escolha feita pelo Conselho Setorial da Universidade, que composto por um número ínfimo de integrantes, estabeleceu uma lista tríplice, esquecendo a lista tríplice definida por toda a comunidade ligada ao Curso de Biologia.

E este Deputado quer, aqui e agora, nesta oportunidade, afirmar a toda esta Casa, inclusive aos alunos de Biologia que nos honram com sua presença, que todos nós que aqui na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, possivelmente sem restrições com relação aos partidos políticos, mas nós do PMDB estamos empunhando esta bandeira para que de fato se faça na Universidade, independente às modificações legais, a implantação daquilo que é o anseio de todos, isto é, eleição direta de todos os interessados para escolha dos dirigentes em quaisquer níveis de organização da própria Universidade.

O Conselho Setorial é ilegítimo para escolher o Diretor o Coordenador do Curso de Biologia, porque nada mais legítimo do que a comunidade formada pelos estudantes do Curso de Biologia, pelos professores do Curso de Biologia, e pelos funcionários que atendem também a este Setor importante do ensino superior da Universidade Federal do Paraná.

Tenho aqui, Senhor Presidente, mas há impedimento de ordem regimental, porque está a esgotar o tempo que me é destinado, tenho aqui a carta à população feita pelos estudantes de Biologia. Tenho aqui todo o histórico do atentado à democracia perpetrado na Universidade Federal do Paraná e quero aqui informar que amanhã apresentarei um requerimento nesta Casa para que a Assembléia se faça presente neste debate para implantar na Universidade a verdadeira democracia.

Era só, Senhor Presidente. (Palmas).

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) - A Mesa lerá o Regimento Interno que trata da presença de pessoas visitantes da Assembléia. "Qualquer pessoa poderá assistir às sessões das galerias, contanto que esteja desarmada e guarde o maior silêncio, sem dar sinal de aplauso, ou de aprovação, ao que se passar na Assembléia. Os espectadores que perturbarem a sessão serão, por determinação do Presidente, compelidos a sair imediatamente do edifício da Assembléia.

Quando por simples advertência não for possível

ao Presidente manter a ordem,, poderá suspender a sessão ou levantar a sessão.

Concedo a palavra ao orador inscrito Senhor Deputado Tadeu França.

O SR. TADEU FRANÇA - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Não poderíamos permanecer sem externar a nossa voz de solidariedade ao pronunciamento feito desta tribuna pelo Deputado Adhail Sprenger Passos.

Destacamos também com a devida consideração e respeito que os jovens universitários aqui presentes, espontâneos em suas manifestações, como também é essa a característica da juventude em nada estão dificultando ou obstruindo a ordem nos trabalhos desta Casa. Ao contrário, as manifestações espontâneas precisam urgentemente se transformar como numa incorporação do espírito novo do Parlamento da Nova República.

É lamentável para todos nós depararmos com afirmativas como a democracia frustrada da comunidade universitária. E dada a impossibilidade de expor em poucos minutos a essência das reivindicações que aqui já foram iniciadas pelo Deputado Adhail Sprenger Passos, tomo a liberdade de ler aos Senhores Parlamentares a Carta Aberta à população dos estudantes do Curso de Ciências Biológicas da Universidade Federal do Paraná, a quem prestamos e rendemos nossas saudações.

"Estamos passando hoje por uma fase de mudanças do País. A Nova República vem de encontro aos anseios e ideais do povo brasileiro. Defendendo esta mesma democracia estudantes e professores do Curso de Ciências Biológicas da Universidade Federal do Paraná, através do Centro Acadêmico de Estudos Biológicos realizaram eleições diretas para o cargo de coordenador de Curso, cargo este de extrema importância porque dele depende toda uma estruturação de curso.

Estas eleições foram realizadas com o objetivo de termos uma Coordenação Representativa e compromissada com os nossos interesses.

A eleição resultou a lista tríplice que foi apresentada ao Conselho Setorial com o pedido de homologação, o que não ocorreu.

O Conselho Setorial não respeitando a comunidade formulou nova lista enviando-a ao Reitor para que este fizesse a escolha de Coordenador, mostrando de sua parte uma posição autoritária. O Reitor apesar de se declarar democrático não foi favorável ao processo encaminhado pelos estudantes. Como última alternativa os estudantes de Ciências Biológicas da Universidade Federal do Paraná decidiram pela paralisação, reivindicando a anulação da lista tríplice imposta pelo Conselho Setorial e aprovação da lista elaborada a partir de eleições diretas..

Estamos lutando pela democracia, estamos em greve".

Estudantes da Faculdade de Ciências Biológicas da Universidade Federal do Paraná, jovens universitários na realidade, após 21 anos de arbítrio e autoritarismo, a vós estudantes universitários cabe uma parcela em termos de avaliação mais extensa e profunda de quão

profundo são os resquícios do arbítrio que ainda impera em nosso meio.

Insiste-se ainda em manter no mesmo suporte de autoritarismo, em asfixiar a voz do universitário, em desrespeitar a manifestação livre da comunidade universitária.

É por esta razão, estudantes, que no processo de transformação de Nova República, todos nós devemos participar até mesmo para ajudar a reeducar democraticamente, porque os vinte e um anos de autoritarismo, efetivamente são os responsáveis por estruturas funestas como estas, quando a voz universitária não é ouvida.

Parabéns, portanto, pelo seu protesto, porque representa o início de uma jornada do estudante que é você também inserido na Nova República.

Parabéns, portanto.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) - Concedo a palavra ao Senhor Deputado Edgard Pimentel, inscrito no Pequeno Expediente.

O SR. EDGARD PIMENTEL - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Nós queremos na data de hoje, registrar a nossa homenagem às mães paranaenses, às mães brasileiras, pela celebração no dia de ontem, do seu dia.

Queremos destacar de um modo especial, a homenagem que ora fazemos às colegas que têm assento nesta Casa Deputada Irondi Pugliesi e Deputada Amélia Hruschka, que muito bem representam a mãe paranaense, a mulher que cada vez mais bem representam a mãe paranaense, a mulher que cada vez mais conquista o seu espaço e dá assim desta forma, a sua contribuição para consolidação dos direitos humanos em plenitude e a conquista plena da democracia que todos almejamos.

Mas, Senhor Presidente, nobres Senhores Deputados, no dia de ontem, recebi uma correspondência de um amigo que reside em São Paulo, que dentre outras coisas, prestava uma homenagem às mães, escrevendo o que tenho a oportunidade, o prazer de ler nesta tarde.

Dizia ele: (Lê):

"CARTA ÀS MÃES"

Mães queridas, depois dos parabéns, permitam que seus filhos venham com um pedido: que as senhoras façam uma revolução

Estamos cansados de ódio e de violência; estamos fartos de injustiças e roubalheiras; estamos cheios de corrupção e de subornos; estamos empanurrados de drogas e pornografia.

Por favor, mães queridas, uma boa revolução antes que seja tarde! Qualquer dia, um de seus filhos pode não voltar para casa sequestrado pelos ladrões, baleado pela violência, algemado pela prepotência, destruído pela droga.

Por isso, mães, de pé para a revolução! Não queremos uma revolução sangrenta. Queremos apenas a revolução do amor. Sim, porque a única arma permitida nesta guerra é tão somente o amor, expresso por mil artimanhas que só as senhoras conhecem.

E a revolução começa em casa e é contra nós

próprios.

Será um sorriso contra a nossa raiva; uma flor contra a nossa ingratidão; um carinho contra a nossa rebeldia; um perdão contra as nossas ofensas; uma acolhida contra as nossas fugas; um gesto de ternura contra as nossas grosseirias; uma lágrima contra o nosso ódio; uma palavra pacificadora contra as nossas brigas; uma palavra de coragem contra a nossa covardia; uma palavra de esperança contra o nosso desespero; uma palavra de fé contra a nossa descrença.

Será a vida das senhoras pelas nossas vidas.

Mães, pela nossa felicidade apostamos contra nós mesmos e torcemos para que as senhoras vençam.

E se vencerem, brotarão lírios sobre os escombros de tanta corrupção, nascerão margaridas sobre as muralhas de tanto egoísmo; surgirão girassóis sobre as trincheiras de tanta violência; floriram rosas lá onde vicejam os os espinhos do ódio. E todos voltaremos a viver.

Seus filhos inquietos".

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) - Concedo a palavra ao orador, inscrito, Senhor Deputado Antônio Belinati.

O SR. ANTÔNIO BELINATI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Inicialmente, Senhor Presidente, nós defendemos uma reforma do Regimento Interno desta Assembléia Legislativa, através da qual se permita àqueles que vêm nesta Casa de Leis, que é a verdadeira Casa do Povo, o direito da livre manifestação, como já ocorreu em outras oportunidades, sem que os trabalhos dos Senhores Deputados fossem perturbados, fossem tumultuados.

Em segundo plano, para apoiar integralmente os alunos do Cursos de Biologia da Universidade Federal do Paraná, pelo ato arbitrário, ditatorial da Reitoria, que, certamente não estando respirando o ar da Nova República que vivemos no Brasil, e imaginando-se, quem sabe, estar o Brasil nos idos de 1964, a Reitoria da Universidade Federal do Paraná, dá as costas aos estudantes de um curso, tão importante, deixa de ouvir, de atender a posição deste Curso, no tocante à nomeação do Coordenador da área de Biologia, nomeando aquele que tinha a menor simpatia, aquele que tinha menos simpatia é que foi o privilegiado por este ato do Conselho Setorial.

E, lamentar, também, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que no Brasil há uns anos atrás nomearam um General para Ministro da Educação, o General Ney Braga, que, ao que me consta nunca deu nenhuma aula em nenhuma Escola deste Brasil, nem mesmo em Jardim de Infância, mas foi o General Ney Braga, ser o Ministro todo poderoso da Educação.

E o Governo da Nova República incorre nos mesmos erros do Governo da Velha República, nomeando para o Ministério da Educação um homem que não queria ser Ministro, o Senhor Marco Maciel, desde o começo, ele se colocou como político e queria articular o seu partido para, através de um partido político, voltar ao cargo de Governador de Pernambuco. Então, a Educação, os estudantes universitários do nosso Brasil,

podem ir-se preparando, porque o atual dirigente do Ministério da Educação pouco ou quase nada fará para resolver problemas como os que estão sendo enfrentados pelos alunos do curso de Biologia. No Ministério da Educação deveria estar colocado um educador, alguém que se afinasse verdadeiramente com a área educacional, com a área universitária deste País, que conhecesse os problemas do estudante, do professor, dos funcionários das Universidades Federais.

Mas, lamentavelmente o Senhor Marco Maciel, preocupado em crescer politicamente ainda no dia de hoje deveria estar no Paraná, mas cancelou, à última hora, a sua vinda ao Paraná, porque, para ele, entre estar aqui discutindo com professores e estudantes, é mais importante estar em Brasília, fazendo os conchavos de gabinete, para fazer o seu partido político crescer.

A Nova República incorreu num erro sério, quando trocou o Governo, deveriam ser trocados, também os Reitores e o Reitor de cada Universidade, deveria ser eleito conforme as faixas que vemos aí, através de um pleito direto, com o voto livre e soberano do professor e também do estudante universitário. O nosso apoio, Senhor Presidente, e Senhores Deputados, a esses alunos do Curso de Biologia, fazendo votos que na primeira reformulação ministerial deste Governo, coloque-se no Ministério da Educação, alguém que possa vir a Curitiba ou que qualquer outra cidade e dialogar com os estudantes e professores, resolvendo as dificuldades desse problema crônico que enfrentamos há muitos anos em nosso Brasil.

O nosso apoio a esses jovens valorosos professores e alunos.

Muito obrigado. *(Sem revisão do orador).*

O SR. PRESIDENTE - Concedo a palavra ao orador inscrito, Senhor Deputado Paulo Furiatti.

O SR. PAULO FURIATTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O Brasil vem sofrendo nos últimos anos, a política econômica social que está efetivamente a pisar sobre a cabeça de toda a população brasileira.

E, é dentro da Universidade que se formam e que se informam os estudantes que podem, sem dúvida nenhuma, transformar a realidade brasileira.

Desde 1967, com o acordo MEC-USAID, em que transformaram a Universidade brasileira num apêndice do modelo econômico, para implantar dentro deste País uma política da "rapinagem" que todos nós temos a todo dia.

E, é dentro da Universidade, e é dentro dos professores conseqüentes, que a Universidade pode mudar.

Após 21 anos de arbútrio, de violência, de martírio que este País viveu é que nós temos o maior sofrimento por parte daqueles que têm a felicidade de cursar um banco escolar, mas que, não conseguem simplesmente interferir no currículo da sua escola, para mudar a história brasileira.

E, é exatamente neste instante, Senhor Presidente e Senhores Deputados, em que os alunos e professores conseqüentes da Universidade Brasileira, se mobilizam, se organizam, para tentar interferir lá dentro daquilo que eles entendem como melhor, e é exatamente

neste instante histórico que alguns, ainda, teimam em permanecer com as práticas velhas e oligárquicas que nós temos no Brasil.

Este País, este País começará a mudar pela Universidade, pelos Sindicatos, pelas Associações, pelas organizações e pela vontade daqueles que detêm o seu processo.

O que é a Universidade senão os seus alunos, a sua maioria, e os seus professores em sua maioria?

E, é exatamente neste instante que este dever, que este compromisso que esta mobilização está sendo negado por aqueles que não estão entendendo o processo histórico brasileiro.

A questão dos estudantes de Biologia, que se organizaram, que se preocuparam em ter a maioria dos seus estudantes votando, que mobilizaram os professores conseqüentes, que indicaram a lista tríplice, mas, que o surto da Reitoria, o surto daqueles que querem manter o sistema de ensino ainda oligárquico, impeditivo, do desenvolvimento dos alunos e da própria Nação Brasileira.

Meus companheiros, Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores alunos: a Nova República não se fará apenas do discurso; a Nova República terá que ser feita na prática, no dia-a-dia, e a Nova República do Paraná, a Nova República do ensino terá que ser feita, à medida que o Senhor Reitor da Universidade Federal entenda que ela começou para valer. Porque da mesma forma, Senhor Presidente e Senhores Deputados, que os alunos aqui estão mobilizados, não para atender os seus interesses pessoais, mas para atender a sua mobilização, o Senhor Reitor vai ter que ouvir. Porque, ou ouve por bem, ou vai atender "na marra", na "marra" da mobilização popular, na "marra" das mobilizações, na "marra" da nossa vontade individual, e da nossa vontade coletiva.

Portanto, faço deste momento e uso desta tribuna, para fazer um apelo, não um apelo aos alunos que se mobilizam, mas um apelo ao Senhor Reitor, que entenda o momento histórico brasileiro, e que faça valer o que os alunos e os estudantes estão fazendo.

Alunos e estudantes estão fazendo, assim como operários estão fazendo, e esta Nação será feita por nós.

Portanto, fica aqui um apelo ao Reitor, que entenda o momento histórico e cumpra, nada mais, nada menos que o seu dever.

Muito obrigado, Senhor Presidente. *(Sem revisão do orador).*

O SR. PRESIDENTE (Nílso Sguarezi) - Concluído o Pequeno Expediente, no Grande Expediente, está inscrita para falar, a Senhora Deputada Irondi Pugliesi, a quem a Mesa concede a palavra, por trinta minutos.

ASRA. IRONDI PUGLIESI - - Senhor Presidente, Senhores Deputados. *(Lê):*

"Nosso País que começa a viver os tempos da Nova República, vive também, e também, e até por isto, os tempos dos grandes escândalos.

Nos poucos mais de cinquenta dias do novo

Governo, conquistado pelo conjunto das forças oposicionistas e graças ao desejo de mudança do nosso povo, as páginas de jornais foram povoadas de escândalos. SUNAMAN, INAMPS, BRASILINVEST, CENTRALSUL, BNCC, SULBRASILEIRO, enfim dezenas de escândalos que passaríamos a tarde a enumerá-los.

Estes fatos não soam mais como novidade.

Todos nós sabíamos que o Governo de Figueiredo, culminando a série de governos militares, caracterizava-se pela corrupção da mais deslavada.

Os últimos vinte e um anos deste País foram tomados pela vergonha. Os militares em conluio com o capital internacional, transformaram esta Nação no paraíso da superexploração, da corrupção, e ao mesmo tempo da miséria e da fome.

O que caracterizou mais o tipo de desenvolvimento implementado em nosso País, além da corrupção e do abuso, foi a dependência externa e o monopólio do capital nas mãos de estrangeiros.

Sabemos que isto não se deu facilmente. Para que isto ocorresse vidas foram ceifadas, a liberdade ultrajada, a repressão uma prática.

Hoje, em nosso País, sabemos que 100 por cento da indústria automobilística está nas mãos estrangeiras; 100 por cento da química; 100 por cento da borracheira; 100 por cento da eletroeletrônica; 80 por cento da eletrodoméstica e 70 por cento da alumínica.

Um processo de desnacionalização acelerado se desenvolveu no Brasil de nossos dias. A dívida externa de mais de 100 milhões de dólares é a prova mais evidente do tipo de desenvolvimento escolhido pelos generais nas duas últimas décadas.

O preço pago, e a ser ainda pago por isto, é imenso, e não poupa ninguém.

Em nosso município, Arapongas, uma empresa nacional, de trinta e um anos de existência, sofre hoje o resultado dos desmandos dos Governos anteriores ao da Nova República.

Tendo já ocupado dezenas de páginas de jornais com suas denúncias, a NORTOX AGRO-QUÍMICA S/A., vem, desde 1979, enfrentando a voracidade do capital internacional. E mais: não bastasse a força do capital estrangeiro a tentar destruir a empresa nacional, esteve ainda sempre o Governo a mascarar e proteger os interesses escusos.

Vamos ao caso:

Em 1975, quando ocorreu a expansão da soja no País, o Governo Federal decidiu criar o programa nacional de defensivos agrícolas (PNDA), alegando a necessidade de estimular e disciplinar a instalação de indústrias que fizessem a síntese de herbicidas, inseticidas e fungicidas à lavoura, visando a substituição das importações.

É claro que sendo uma medida tomada por um regime entreguista, já se poderia prever os desdobramentos em tal atitude. Afinal, proteger a empresa nacional nunca foi mérito do regime militar.

Entretanto, com base neste programa, que previa uma participação de empresas nacionais em torno de trinta por cento do faturamento resultante das novas fabricações, através da produção nacional de sessenta por cento dos defensivos agrícolas, a NORTOX AGRO-

-QUÍMICA foi ao Conselho de Desenvolvimento Industrial (CDI), apresentando projeto.

Como a projeção do consumo feito pelo Governo para os cinco anos seguintes, era de oito mil toneladas ano, o projeto apresentado pela NORTOX foi reformulado, sendo aprovado. 10 milhões de dólares foram investidos na época, parte financiados pelo BADEP (Banco de Desenvolvimento do Paraná) e DNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico), na construção das unidades industriais que produziriam a trifluralina, um herbicida de alta eficiência desenvolvido nos E.U.A. Em 1968, e em empregado em 70 por cento das lavouras brasileiras.

Já estava a NORTOX em atividade em finais de 76, quando a KOORCHEMICALS, tentou aprovação pelo CDI de projeto semelhante, não obtendo sucesso. Seu objetivo era fornecer a tecnologia de trifluralina técnica, ou seja, a última etapa do processo de industrialização, e a sua atuação no País deveria ocorrer de duas formas - através da AGRICUR DEFENSIVOS AGRÍCOLAS S/A., criado em São Paulo exclusivamente com o objetivo de participar em empresas brasileiras, e da FÓRMULA S/A. ADUBOS E INSETICIDAS.

Entretanto, a negativa do CDI em autorizar a fabricação, não sustou o objetivo desta multinacional. Ela saiu em busca de um sócio que facilitasse o negócio. E acabou por encontrar no Rio Grande do Sul, na FECOTRIGO, o sócio ideal. A meta, então, era instalar a unidade no Sul, mesmo à margem do Programa Nacional de Defensivos Agrícolas, e concorrer com a NORTOX na disputa pelo mercado. À margem também da lei que regula o cooperativismo no Brasil, a KOORCHEMICALS, através da AGRICUR, e a FECOTRIGO, formaram a DEFENSA - INDÚSTRIA DE DEFENSIVOS AGRÍCOLAS S/A., cujo objetivo era de produzir trifluralina técnica, importando o dinitro e outros componentes intermediários de Israel.

É importante lembrar que também a FECOTRIGO, hoje CENTRALSUL, não associou-se diretamente, porque a legislação proíbe a associação de Cooperativas com empresas estrangeiras. Por isto fez o negócio através de uma empresa sob seu controle, a CIAGRAN.

Importante resgatar que, apesar de todas as irregularidades, o INCRA ou qualquer outro órgão de controle federal nunca intervieram no sentido de sustar esta sociedade, nem mesmo as cooperativas filiadas à FECOTRIGO.

Aí se aponta uma contradição terrível: as cooperativas brasileiras, criadas na década de 50, objetivando reduzir a penetração das multinacionais no campo e evitar seu controle, associam-se a um grupo estrangeiro, num negócio ilícito, sem contestação.

Para que isto ocorresse, é claro que havia excelentes corruptos à frente, que sempre encontraram argumentos em sua defesa.

O resultado desta associação é que pouco depois de ser lançada a trifluralina fecotrigio pela defesa, a NORTOX, em Arapongas, começou a produzir o dinitro, cuja reação com uma amina é que resulta na trifluralina técnica.

Existindo o similar nacional, a FECOTRIGO

não poderia importá-lo da KOOR CHEMICALS e precisaria depender do fornecimento paranaense.

Aí começou outra acirrada luta pelo mercado, para a defesa do monopólio.

Segundo o PNDA, o mercado de defensivos agrícolas, no Brasil deveria ser tripartite - 33 por cento para as empresas nacionais, 33 por cento para as multinacionais e 33 por cento para as estatais.

Entretanto, o tempo demonstrou que a intenção já colocou muitos no inferno. Após dez anos de criado o PNDA (Plano Nacional de Defensivos Agrícolas), 92 por cento do mercado está nas mãos estrangeiras, e dos 8 por cento nacionais, 7 estão com uma única empresa, a NORTOX, que corre o risco de destruição, apesar de não ter uma dívida sequer. E já saldado todos os financiamentos ao final de 1984.

Acusando a NORTOX de atrasar nas entregas do dinitro, a FECOTRIGO decidiu produzir o seu. Este produto tem tecnologia de domínio público, mas a FECOTRIGO mesmo assim a comprou da empresa argentina Química Estrella S/A., e em 1980 já o produzia.

Faltava agora produzir a matéria prima básica, que daria o efetivo controle de mercado à FECOTRIGO, o PCBTF.

A FECOTRIGO comprou a tecnologia de uma empresa italiana, e em 1982, de fornecedora a NORTOX se tornaria a compradora da FECOTRIGO, o que só não ocorreu porque a defesa sucumbiu junto com a crise que atingiu todo o complexo industrial da FECOTRIGO.

Objetivando garantir monopólios, enfrentando empresas nacionais devidamente enquadradas nas metas do Governo, por métodos desleais, a FECOTRIGO acabou aliando-se ao seu principal inimigo - o capital internacional.

Desta aliança, saíram os golpes quase mortais às outras empresas gaúchas e paranaenses; e de outras como a QUÍMICA ESTRELLA SERVICOS S/A., e levou a imensas dificuldades o laboratório gaúcho LEIVAS LEITE.

Numa sucessão de fatos, a DEFENSA levou a uma crise profunda o sistema cooperativista gaúcho, desviou recursos, burlou impostos na compra de máquinas, fez aquisição irregular de tecnologia e, até mesmo, superfaturamento em importações de insumos, com objetivos que nunca foram esclarecidos.

Os desvios de divisas foram comprovados em importações acima do preço de mercado, como de PCBTF, que para a FECOTRIGO, que importava para a DEFENSA, custou US\$ 4,05 dólares o quilo, que para a NORTOX custou US\$ 3,55.

Praticou o DUMPING, quando a trifluralina custava de Cr\$ 131,00 cruzeiros a Cr\$ 144,00 cruzeiros o litro e a FECOTRIGO vendia por Cr\$ 125,95 a Cr\$ 142 o litro, variando o preço de acordo com seus interesses e o fez também doando produtos, tais como os inoculantes, à clientes da NORTOX, fora do Rio Grande do Sul, como a COOPERSUL, do Paraná, que recebeu 173.500 doses de inoculantes da DEFENSA, para que tornasse sua cliente.

A manutenção de preços artificiais, que levou não só a NORTOX a prejuízos, mas outros laboratórios

nacionais, além da venda casada e as doações, configuraram-se como crimes de abuso do poder econômico.

Senhores Deputados.

Os fatos que lhes relato hoje e que atingiram duramente uma empresa nacional como a NORTOX, vem há anos sendo denunciados. Em dezembro de 1981, a NORTOX foi ao CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica), onde em março de 1982 se abriu um processo. Quando estava para ir a julgamento, o General Figueiredo desatou o CADE permitindo caducar os mandatos dos juizes, e lá ainda está o processo. Recentemente, a NORTOX foi ao Ministro da Justiça e solicitou a reativação do CADE para que o processo seja julgado.

Todos os Ministérios Econômicos foram visitados pelos donos da NORTOX.

E mesmo na Nova República, quando as denúncias já trazem novidades, como a entrada da DUPONT no lugar da DEFENSA, utilizando benefícios e artimanhas, providências já foram solicitadas. Onde está o eco, Senhores?

A DUPONT entrou no mercado de trifluralina com a sua própria marca, obtendo produto da CENTRALSUL, mediante contrato de industrialização com a DEFENSA.

A NORTOX solicitou ao Ministro Fernando Lyra a intervenção da Polícia Federal, a fim de evitar que a DUPONT, com grande estrutura empresarial e financeira encontre meios de comercializar em nome da desacreditada DEFENSA.

A Polícia Federal, há três anos, investiga a CENTRALSUL, sucessora da FECOTRIGO, e não revela o que viu, se é que viu alguma coisa.

Parece que a nuvem de fumaça que envolve o caso, também envolve grandes personalidades brasileiras mas, é preciso removê-la para resgatar a verdade.

Há poucos dias ainda, quando o novo Governo se preparava para assumir, soubemos que a KOOR CHEMICALS e a DUPONT do Brasil S/A., aproveitando-se da CENTRALSUL, aliaram-se para reerguer a DEFENSA e novamente tentar remover a NORTOX do mercado.

Estes fatos novos nos levam a crer que se medidas urgentes não forem tomadas no sentido de viabilizar a formação deste grupo econômico, e de devastar as verdades sobre as transações que propiciaram esta Associação, um novo escândalo estará formado.

Acreditamos que a Nova República deve empenhar-se para ganhar a credibilidade pública, e é por isto que estamos hoje aqui a denunciar os desmandos do capital financeiro internacional, das multinacionais e suas similares.

Acreditamos que não haverá país livre e independente sem soberania. Não se pode avançar rumo ao futuro sem remover os entulhos do passado.

Neste sentido, exigimos do Governo Federal medidas sérias e concretas, doam a quem doer, na pregação da lei, contra os abusos econômicos e na defesa dos interesses nacionais.

O Sr. Tadeu Bento França - Concede-me um aparte Deputada?

A SRA. IRONDI PUGLIESI - Pois não, Deputado
Tadeu Bento França.

O Sr. Tadeu Bento França - Deputada Irondi Pugliesi, está acompanhando atentamente o seu pronunciamento. Ele revela, sem qualquer sombra de dúvida, o seu perfil voltado genuinamente para os valores nacionais.

O episódio que nós temos assistido, em termos da iniciativa brasileira, e a corrupção deslavada que tem se normatizado adotada pelos grupos multinacionais contra as nossas veias abertas em termos de Brasil, na realidade são uma triste ocorrência.

Aproveitamos o ensejo nobre Deputada, para registrar um outro caso de corrupção ainda há pouco pelo Paraná vivido: trata-se do que ocorreu, em fevereiro próximo passado, em Nova Esperança, quando 28 milhões de larvas, contaminadas, foram distribuídas por duas multinacionais, a BRATAC e a KANEBO SILK do Brasil S/A., comprometendo em 50 a 100 por cento, a produção de casulos, naquela região; vale ainda lembrar que, em que pese essa verdadeira afronta contra os nossos pequenos proprietários, a sericicultura, que é um aceno de esperança em termos de fortalecer o minifúndio no Paraná, está sendo tratado desta maneira!

Externamos ainda, nossa total solidariedade às suas palavras, com relação ao INCRA - Instituto Nacional de Cadastro e Reforma Agrária, que, nos últimos dez anos no Paraná, jamais acenou em termos de reforma agrária, pelo contrário, permaneceu omissa, enquanto que, nada menos do que 150 mil pequenas propriedades foram desaparecendo..

Parabéns portanto, e a certeza de que, o seu posicionamento, a convicção clara de que a sua postura, em defesa dos interesses nossos representam sem qualquer dúvida, a marcha certa da Nova República, e o anseio novo de postura, que deve ser aquela de, fortalecimento de uma verdadeira brasilidade!

Parabéns, portanto, pelo seu brilhante pronunciamento.

A SRA. IRONDI PUGLIESI - Obrigada, Deputado
Tadeu França.

Nós realmente estamos solidários com os sericicultores do Paraná, pela repressão da multinacional, que vêm sofrendo, e, os sericicultores e todos os paranaenses nacionalistas, contam com o nosso apoio!

O SR. PAULO FURIATTI - Vossa Excelência concede um aparte? (Assentimento).

Vossa Excelência, aborda, hoje, da tribuna desta Casa um assunto dos mais complexos, porque o mercado de agrotóxicos aqui no Brasil - assim prefiro chamar, embora seja um mercado de um bilhão de dólares por ano e um mercado promissor, é um mercado que além do uso abusivo desses agrotóxicos, ele tem, na essência, a comercialização por empresas multinacionais e quando uma empresa nacional que se inicia no processo de fabricação e de venda, o que muito poderia contribuir com este País, tanto no que diz respeito à economia de divisas, como também no menor custo de produção, as autoridades efetivamente têm, durante todo o tempo, se preocupado em atender aos interesses multinacionais.

Essa preocupação que Vossa Excelência traz a esta Casa, deve ser uma preocupação de todos os brasileiros, porque temos trabalhado nos últimos anos, lado a lado, em relação a esse problema, inclusive, procurando alternativas ao uso desses produtos, mas, enquanto não temos todas as alternativas para eliminarmos o uso de agrotóxicos, precisamos ter alternativas nacionais e esta prática de "dumping" da sujeira deste mercado, é tão violenta que temos denunciado a conivência dos próprios setores do Governo passado do Ministério da Agricultura que sempre contribuíram para espezinhar o nosso mercado nacional.

Portanto, Vossa Excelência está de parabéns e entendo que esta posição nacionalista de Vossa Excelência deve ser uma posição de todos nós para que possamos dar grito de independência, e o seu pronunciamento, hoje, dia 13 de maio, vem muito a calhar, porque esta escravidão ao que o setor está envolvido em relação às multinacionais, deve ser eliminado o quanto antes.

Está de parabéns Vossa Excelência.

A SENHORA IRONDI PUGLIESI - Muito obrigada.

O Sr. José Antônio Fonseca - Vossa Excelência permite um aparte?

A SENHORA IRONDI PUGLIESI - Com muito prazer.

O Sr. José Antônio Fonseca - Primeiramente, quero cumprimentar Vossa Excelência pelo brilhante pronunciamento desta tarde. Acho que o seu pronunciamento é que valoriza este Parlamento.

Quero reafirmar as suas palavras, na medida em que, além das estereotipadas estatísticas que Vossa Excelência traz a esta Casa, quanto ao comportamento das multinacionais, que nós sabemos muito bem. O que é necessário reforçar é que nesses últimos anos depois de 1964, da aventura militarista neste País, que é próprio das ditaduras militares o conluio com o capital estrangeiro, a nossa soberania tremulou. Exatamente porque os meios de produção básicos e necessários, neste País, estão nas mãos das multinacionais.

Acredito que pouca coisa hoje, neste País, está nas mãos dos brasileiros. Então, minha cara Deputada, o seu pronunciamento quando faz a defesa de uma empresa eminentemente nacional e se coloca respaldando esta empresa, acho que nós Parlamentares, agora, depois de tantos anos de luta em que foram ceifadas tantas vidas e de tanto sacrifício, principalmente da classe trabalhadora, dos estudantes, dos assalariados, dos agricultores, esse caos econômico em que estamos metidos. Os ventos da Nova República, a conquista democrática implica, necessariamente, na retomada do processo nacionalista. Não acredito, sinceramente, que o atual Congresso e a Nova República venham de imediato e a curto prazo, retirar todos os chamados - lixo do arbítrio -, o entulho. Mas, na medida em que, Parlamentares como Vossa Excelência, representantes do povo e que vêm ao Parlamento não para defender seus próprios interesses, mas, que vêm ao

Parlamento para defender as causas do seu País e da sua pátria. É quando falam mais alto os interesses coletivos, os interesses de toda sociedade.

Vossa Excelência queira receber nesta tarde, deste humilde Parlamentar e colega vosso, todo apoio quando Vossa Excelência defende uma empresa da sua cidade, mas, acima de tudo, uma empresa nacional. E que esse pronunciamento que Vossa Excelência faz nesta tarde, mereça da imprensa paranaense a maior repercussão.

Obrigado.

A SENHORA IRONDI PUGLIESI – Obrigada, Deputado Fonseca.

Realmente o povo brasileiro está com grande esperança de que a Nova República venha realmente a trabalhar para os seus interesses. Porque uma empresa como a NORTOX, que dos oito por cento que o País tem para trabalhar na área de agroquímico, detém sete por cento, ela será destruída pela multinacional DUPONT, a partir do momento em que a Nova República não tomar uma posição nacionalista de defesa do seu próprio patrimônio. E a partir de então, a multinacional colocará o preço que quiser aos produtos agroquímicos no País e reduzirá o mercado brasileiro de agroquímico a zero.

Como a NORTOX é a única empresa brasileira neste ramo, nós, do Paraná, deveremos encampar uma luta paranaense, para que a única empresa nacional que reside no Paraná, deva realmente, chegar à vitória junto à multinacional DUPONT.

Muito obrigada. – (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) – No horário do Grande Expediente, restam três minutos.

O SR. SÉRGIO SPADA – Uma questão de ordem, Sr. Presidente.
Gostaria de saber quantos minutos restam à Liderança do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) – No horário o Grande Expediente, três minutos. A Mesa vai passar para o Horário das Lideranças.

Concede a palavra ao orador que falara em nome da Liderança do PMDB, Senhor Deputado Sérgio Spada.

O SR. SÉRGIO SPADA – Senhor Presidente, Senhores Deputados, estudantes que se encontram, nesta Casa.

O movimento que hoje estamos presenciando e que está sendo desenvolvido pelo Curso de Biologia da Universidade Federal do Estado do Paraná, se insere num movimento mais amplo que é da conquista pela plena democracia também no ensino deste nosso Brasil.

Tomamos conhecimento hoje de que o Curso de Ciências Biológicas da Universidade Federal do Paraná, Universidade da qual tenho a honra de

também ser estudante, elaborou uma lista tríplice para a escolha do coordenador do curso de forma democrática, de forma aberta através do voto direto de toda comunidade interessada neste setor.

Lamentavelmente essa lista não foi acatada pelo Conselho Setorial da universidade, que teve inclusive a petulância de impor à comunidade universitária – e particularmente aos estudantes de Biologia – uma lista de forma autoritária e antidemocrática. Autoritária e antidemocrática como é também feita a escolha desse Conselho Setorial.

Soubemos também que os estudantes, em audiência com o Senhor Reitor, reivindicaram que a escolha fosse respeitada, e lamentavelmente ao Senhor Alcy Ramalho, de forma até contraditória com que ele veio pregar há pouco tempo nos jornais e na imprensa de um modo geral, ou seja, uma Universidade democrática e aberta com a participação comunitária, se negou a acatar a lista escolhida pelos universitários dessa área.

O que nos preocupa, Senhor Presidente, Senhores Deputado, são os próximos passos que dará a nossa Universidade dentro desta Nova República. Sabemos o quanto está prejudicado o setor educacional neste nosso Brasil exatamente porque até hoje estamos sob as normas e as regras ditas pelos regimes fortes, pela ditadura, e que teve por princípio ou teve por objetivo massacrar e calar a boca do universitário brasileiro, pois que o regime forte, como é do conhecimento de todos, toma a classe estudantil, pois que é uma classe que pensa, que é corajosa e que critica as atitudes dos todo poderosos quando essas atitudes são erradas.

Precisamos obviamente dessa reforma que foi prometida pela Nova República, a reforma universitária a mais ampla possível. Precisamos e estamos lutando pela escolha direta, através do voto secreto, do reitor das universidades brasileiras para acabar com essa farsa da lista sextupla que na verdade tem servido para atender tão somente os interesses do regime, do sistema e dos poderosos dentro da própria universidade.

Lutamos por uma Universidade que seja mais realista e que condiga com a nossa sociedade, uma universidade democrática e aberta. E em nome da Liderança, quero saudar os estudantes que aqui se encontram, quero saudar o Centro Acadêmico do Curso de Biologia, o Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal do Paraná e a UPE que também se encontra engajada nesse movimento dos estudantes da Universidade Federal do Paraná, esse movimento, que é justo, tem total apoio da Bancada do PMDB, nesta Casa.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) No horário das Lideranças ainda, concedo a palavra ao PMDB.

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, passo a palavra para o Partido da Frente Liberal.

O SR. PÉRICLES PACHECO DA SILVA - Declino, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Havendo declinado o Partido da Frente Liberal, passo a palavra ao PDS. Concedo a palavra ao Senhor Deputado Luiz Alberto Oliveira.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Esta Casa, hoje revigorada pela força da juventude, analisa dois processos de alta indagação para o Estado do Paraná: um empréstimo internacional. E o Paraná tem triste história recente no setor de empréstimos internacionais, pois que todos nós estamos recordados do escândalo do PMDB que fez com que o Estado do Paraná gastasse, indevidamente, mais de dez bilhões de cruzeiros para os "picaretas" que sonegaram o dinheiro do povo do Paraná.

O segundo assunto, Senhor Presidente, Senhores Deputados, é a Mensagem Governamental que trata das microempresas no Estado do Paraná. Todos os Parlamentares estão alertados de que há uma Legislação Federal sobre o assunto, que determina aos Estados membros a necessidade de adaptarem as suas Legislações estaduais com vista a atender as reivindicações dos pequenos e dos microempresários paranaenses. Pois que não adianta apenas ficarmos no discurso contra a multinacional, se nós os Parlamentares que podemos fazer alguma coisa em favor do nosso pequeno empresário, estivermos a desprezar aquilo que a Assembléia Legislativa pode fazer.

Por isto requero, Senhor Presidente, Senhores Parlamentares, a convocação do Secretário das Finanças, Doutor João Elísio Ferraz de Campos, para que explique ao povo do Paraná as razões que levam o Estado do Paraná a endividar-se em empréstimo em dólares em mais 63 milhões e 600 mil dólares. Os jornais, repletos de notícias a favor do Governo do PMDB no Paraná, estão a noticiar que a arrecadação do Estado tem subido crescente e continuamente. Afirma inclusive da taxa inflacionária. Pois se o Estado está arrecadando mais, mais do que qualquer outro Estado da Federação brasileira, porque não usar o dinheiro do Estado para amortizar as dívidas? Porque o Governo José Richa tem sido ávido em requerer licenças deste Poder para que possa contrair novos empréstimos. E a par de contrai-los, rolar as dívidas dos

empréstimos que se vencem neste exercício. O Governador José Richa, na campanha eleitoral, dizia que faria uma administração feijão com arroz; que não seriam necessários empréstimos em dólares, mas sim competência e probidade.

Competência não estamos vendo no Paraná de hoje. E probidade é a probidade do Senhor Erasmo Garanhão, afastado do Governo após comissão de sindicância, por ter pago, indevidamente, culposamente, comissões para aqueles que contribuíram com a campanha do PMDB no Paraná em 1982.

Mas dizia também o Governador de que o Estado do Paraná estava, àquela época, se endividando irresponsavelmente, pois que a variação cambial levaria o Estado do Paraná a uma situação de não poder mais honrar seus compromissos internacionais.

Mas, o que vemos Senhor Presidente e Senhores Parlamentares, é o Senhor Governador José Richa transformar-se no maior endividador externo do Paraná.

E agora nós teremos a oportunidade de verificar como vão votar seus Parlamentares do PMDB desta Casa, se votarão contra os empréstimos internacionais que não são contraídos como no passado para executar programas de obras ou se nós iremos ver os homens do Governo votarem os empréstimos internacionais para rolar a dívida e comprometer de forma irresponsável o destino do nosso Estado.

Por isto faço apelo às Lideranças dos Partidos desta Casa no sentido de que aprovem a convocação do Senhor Secretário de Finanças e ele possa explicar a quinta mensagem de endividamento externo que o atual Governo encaminha ao Poder Legislativo Estadual.

Creio, Senhor Presidente e Senhores Parlamentares, que este é um assunto de alta indagação; um assunto de responsabilidade. Alguns se preocupam apenas com a próxima eleição outros no dizer do Senhor Churchill, se interessam pela próxima geração.

E é o futuro do nosso Estado que está sendo colocado em risco com a forma irresponsável com que o Governo do Estado vem contraindo empréstimos internacionais.

Por isso, peço Senhor Presidente e Senhores Parlamentares, para que possamos transformar esta Assembléia num verdadeiro palco de debates a respeito de empréstimos internacionais.

Verificar quais as alternativas existentes. Por quê o Governo do Estado não lançar mão das Obrigações Reajustáveis do Tesouro do Estado, já aprovadas por esta Casa e cuja prática está sendo usada em outros Estados da Federação? Como por exemplo, o Estado de Minas Gerais, até ontem dirigido pelo ex-Presidente Tancredo Neves. E estava sendo usada a forma de obrigações Reajustáveis do Tesouro

Estadual exatamente porque o PMDB daquele Estado entendia não ser possível os Estados brasileiros suportarem o grave ônus dos empréstimos internacionais com variação cambial.

É preciso que esta Casa debata este assunto até a exaustão para que se possa mostrar que o Governo José Richa ao invés de manter a característica do Estado do Paraná de aplicar boa parte daquilo que recebe em obra em favor do povo vem lamentavelmente diminuindo ano após ano a capacidade de investimento estadual.

Isto significa, Senhor Presidente e Senhores Parlamentares, que o Governo José Richa está deixando de fazer obras; deixando de oferecer mais empregos; e está impossibilitando a geração de novos empregos e novos investimentos do nosso Estado?

Por quê não debater este assunto, apesar de afoiteza dos que querem somente debater o assunto de eleição direta, esquecidos que talvez, de que assuntos como este tenham um sentido muito maior para a gente e para o destino do nosso Estado?

E o apelo que falo a todos os Parlamentares e um convite que faço em meu nome pessoal, mas certamente em nome dos Parlamentares da Comissão de Constituição e Justiça, para que possamos ter um debate a respeito da mensagem das microempresas no Estado do Paraná, cuja reunião da Comissão se dará amanhã, após a sessão plenária, para que possamos debater a Mensagem Governamental que trata deste importante assunto.

Estará amanhã na Comissão, o Presidente da Associação dos Microempresários do Paraná, o empresário Gerson Weiss, trazendo ao conhecimento desta Casa a posição dos pequenos empresários paranaenses. Já me afirmou aquele empresário, que esta proposta governamental é pior do que a lei aprovada pelo Governo Federal. Disse-me o Presidente da Associação de Microempresas, que após esta mensagem, talvez fosse melhor que o Governo José Richa, mandasse à Assembléia Legislativa um outro projeto de lei, que dissesse em dois artigos o seguinte:

Art.1.º - É proibido ter microempresário no Paraná.

Art.2.º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sabemos, Senhores Parlamentares, que não só no aspecto do faturamento das empresas que o Governo Federal e que o Congresso Nacional aprovou no valor de dez mil ORTNs e que o Governo do Estado quer diminuir para cinco mil ORTNs, não é só aí que estão os problemas referentes a mensagem, mas também diversos outros pontos faz-se necessário que esta Assembléia abra a discussão a respeito

deste assunto e possamos legar aos empresários pequenos, que fizeram o desenvolvimento deste Estado, num estatuto realmente a altura do desenvolvimento da atividade empresarial do nosso Estado.

Por isto creio, que amanhã na Comissão de Constituição e Justiça, poderemos debater tal assunto, para encontrar a melhor solução legislativa.

Nos últimos cinco minutos restantes, concedo a palavra, já que o Deputado Antônio Belinati declinou da possibilidade de aproveitar os cinco minutos restantes do Horário das Lideranças, renovo a solicitação a bancada Governista, no sentido de que atenda o pedido de convocação do Secretário das Finanças e o convite aos Parlamentares, para que nos debrucemos a respeito da mensagem da microempresa do Paraná.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 39 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, proposta de Emenda Constitucional de autoria do Senhor Deputado Luiz Alberto Oliveira, devidamente apoiada, constante do expediente. Recebida.- Publique-se no Diário da Assembléia e em Avulsos, para conhecimento dos Senhores Deputados.

Emenda Substitutiva Geral ao Projeto de Lei n.º 157/84, de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério, devidamente apoiada, constante do expediente. Junte-se ao Projeto de Lei n.º 157/85.

O SR. ANTÔNIO BELINATI - (Pela Ordem)-
Senhor Presidente, solicito verificação de "quorum".

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Vossa Excelência está requerendo chamada nominal para prosseguimento da sessão ou para votação?

O SR. ANTONIO BELINATI - Para prosseguimento da sessão.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Vai-se proceder a chamada nominal para prosseguimento da sessão. O Senhor 1.º Secretário procederá a chamada.

O SR. ANTÔNIO BELINATI - Senhor Presidente, estou pedindo verificação de votação para ver se há número para a decisão.

O SR. PRESIDENTE- (Anibal Khury)- A Mesa quando for proceder a votação de

matéria, atenderá a questão de Ordem levantada por Vossa Excelência.

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado Caíto Quintana, na qualidade de Líder do Governo e PMDB, constante do expediente, indicando os Senhores Deputados que irão compor a Comissão de Direitos Humanos, em substituição aos já indicados. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado Caíto Quintana, na qualidade de Líder do Governo e PMDB, constante do expediente, indicando os Senhores Deputados que irão compor a Comissão Especial para atuar junto à SUREHMA - Superintendência dos Recursos Hídricos e meio Ambiente. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado Luiz Alberto Oliveira, na qualidade de Líder do PDS, constante do expediente, indicando os Senhores Deputados que irão compor a Comissão Especial para atuar junto à SUREHMA. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Adhail Sprenger Passos, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Pasaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 39/85, de autoria do Deputado ANTONIO ANNIBELLI e OUTROS, que denomina "PRESIDENTE TANCREDO NEVES" o prédio em construção que servirá aos Gabinetes dos Senhores Deputados. Sem PARECER, EM REGIME DE URGÊNCIA. Em discussão.

O SR. SÉRGIO SPADA - Senhor Presidente, requeiro chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - O projeto está aprovado. Vai-se proceder à chamada nominal.

(É procedida a chamada nominal dos Senhores Deputados).

24 Senhores Deputados responderam a chamada.

Não há "quorum" para votação, somente para prosseguimento da sessão.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º

247/84, de autoria do Deputado GERNOTE KIRINUS, que declara de utilidade pública o "CENTRO DE INTEGRAÇÃO COMUNITÁRIA 12 DE OUTUBRO", com sede e foro em Marechal Cândido Rondon. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Encerrada a discussão.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 09/85, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.º 54/85), que objetiva acrescentar ao Art. 3.º da Lei n.º 6.364, de 29.12.72, o Parágrafo 11, conforme especifica. (Para efeitos do disposto no Inciso V, deste Artigo, quando o valor tributável esteja expresso em Moeda Estrangeira, far-se-á sua conversão em Moeda Nacional ao câmbio do dia da ocorrência do fato gerador da obrigação. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Encerrada a discussão.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 59/85, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que concede o TÍTULO DE CIDADÃ HONORÁRIA DO ESTADO DO PARANÁ À SENHORA RISOLETA TOLENTINO NEVES. Sem PARECER. EM REGIME DE URGÊNCIA. Encerrada a discussão.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 291/84, de autoria do Deputado ERVIN BONKOSKI, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO BENEFICIENTE E CULTURAL DOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS DO PARANÁ", com sede nesta capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Encerrada a discussão.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 300/84, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.º 224/84), dispondo que o Conselho de Justificação é destinado a julgar, através de processo especial, da incapacidade de oficial da Polícia Militar para permanecer na ativa, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., e C.Seg.Publ., por unanimidade. Encerrada a discussão.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 325/84, de autoria do Deputado FIORI LUIZ, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO LONDRINENSE DE ASSISTÊNCIA"-ALA, com sede e foro no município de Londrina. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Encerrada a discussão.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 327/84, de autoria do Deputado FIORI LUIZ, que declara de utilidade pública, a "ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS DE IRMÃOS LOPES"- AFIL, com sede e foro no Município de Londrina. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Encerrada a discussão.

PROJETO DE LEI N.º 327/84

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art.1.º- Fica declarada de utilidade pública a "Associação dos Funcionários de Irmãos Lopes"- AFIL, com sede e foro no Município de Londrina.

Art.2.º- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Sala das Sessões, em 21 de novembro de 1984.

(a) FIORI LUIZ

JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretendemos declarar de utilidade pública, está devidamente registrada sob n.º 566, do Livro "A-1", de Pessoas Jurídicas, do 2.º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da cidade de Londrina.

Desde a sua fundação a AFIL, vem cumprindo fielmente finalidades previstas em seus estatutos, ou seja, o de dar amparo e proteção a todos os funcionários e familiares das Empresas Irmãos Lopes Ltda., Transportes Coletivos Grande Londrina Ltda., Santa Barbara Agropastoril S/C Ltda e Transportadora Campo Belo Ltda.

Em anexo estamos encaminhando as documentações que comprovam sua existência, conforme exige a Lei n.º 6.994, de 10 de janeiro de 1978, que regula a matéria de utilidade pública em nosso Estado.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
Parecer ao Projeto de Lei n.º 327/84.

O presente plano de lei de autoria do nobre Deputado Fiori Luiz, tem por finalidade declarar de utilidade pública, a "Associação dos Funcionários de Irmãos Lopes"- AFIL, com sede e foro na cidade de Londrina.

Encontra-se o processado devidamente instruído com a documentação exigida pela legislação pertinente à matéria, Lei n.º 6.994, de 10.01.78, inexistindo portanto, qualquer óbice de natureza regimental ou legal à sua normal tramitação por esta Casa.

A justificativa apresentada pelo autor, nos convence da sua oportunidade, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 27 de março de 1985.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

EDMAR LUIZ COSTA

Relator.

1.ª DISCUSSÃO- Do Projeto de Lei n.º 329/84, de autoria do Deputado NILSO SGUAREZI, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE LOANDA - APAE", com sede e foro no Município de Loanda, neste Estado. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Encerrada a discussão.

PROJETO DE LEI N.º 329/84

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná
D E C R E T A:

Art.1.º- Fica declarado de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Loanda- APAE, com sede e foro no município de Loanda, neste Estado.

Art.2.º- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26 de novembro de 1984

(a) NILSO SGUAREZI

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Loanda- APAE, é uma entidade sem fins lucrativos, de caráter filantrópico, assistencial e educacional. Os membros de sua Diretoria nada percebem, pelo exercício de qualquer de seus cargos eletivos.

Suas atividades naquele município, são notórias, congregando inúmeras crianças excepcionais do Município e da Região, amparadas principalmente pelo trabalho desenvolvido na escola "João Paulo II", que possibilita aos seus alunos alcançar melhores resultados no âmbito de suas potencialidades.

Fundada em 1980, e desde então, como bem demonstra o seu relatório, essa Entidade vem prestando um serviço educacional e assistencial dos mais dignificantes, voltado inteiramente à busca de novas soluções em prol da recuperação e amparo da criança excepcional, portanto, é inegável a sua declaração de utilidade pública.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
Parecer ao Projeto de Lei n.º 329/84

O presente plano de lei de autoria do Nobre Deputado Nilso Sguarezi, tem por finalidade declarar de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos excepcionais de Loanda- APAE, com sede e foro no Município de Loanda, neste Estado.

Encontra-se o processado devidamente instruído com a documentação exigida pela legislação pertinente à matéria- Lei n.º 6.994 de 10.01.78, inexistindo portanto, qualquer óbice de natureza regimental ou legal à sua normal tramitação por esta Casa.

A justificativa apresentada pelo autor, nos convence da sua oportunidade, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 27 de março de 1985.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR.

Presidente

HERMAS BRANDÃO

Relator.

1.^a DISCUSSÃO Do Projeto de Lei n.º 366/84, de autoria do Deputado ANTÔNIO MARTINS ANNIBELLI, que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Rio Azul, uma área de terras medindo aproximadamente 14.172,00 m.², situado no lugar denominado Cachoeira ou Faxinal de São Pedro, no Município de Rio Azul, de propriedade do Estado do Paraná, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Encerrada a discussão.

PROJETO DE LEI N.º 366/84

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.^o - Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Rio Azul, uma área de terras, medindo aproximadamente 14.172,00 m.², situada no lugar denominado Cachoeira ou Faxinal de São Pedro, no Município de Rio Azul, de propriedade do Estado do Paraná, objeto da transcrição n.º 8.313, no Livro 3/H, fls. 53, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Rebouças.

Art. 2.^o - A presente doação destina-se a implantação de um Centro Turístico no Município.

Art. 3.^o - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04 de dezembro de 1984

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

JUSTIFICATIVA:

O presente Projeto de Lei visa atender a solicitação do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Rio Azul, Ansenor Valentin Girardi. É intenção daquela municipalidade construir, no referido imóvel, um centro Turístico para Rio Azul.

Conforme informação n.º 081/84-CPE, da Coordenadoria do Patrimônio do Estado, "o imóvel encontra-se sem nenhuma destinação", sendo possível, portanto, sua doação. Ainda, de acordo com aquela informação, "torna-se indispensável a autorização da Assembléia Legislativa".

Assim sendo, é com o objetivo de atender a uma sentida reivindicação da comunidade de Rio Azul, e obedecendo ao preceito legal que apresentamos este projeto de lei para o exame dos nobres Pares.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA Parecer ao Projeto de Lei n.º 366/84

O Projeto de Lei n.º 366/84, de autoria do nobre Deputado Antônio M. Annibelli, tem como finalidade autorizar o Poder Executivo a doar áreas de terras medindo, aproximadamente, 14.172,00 m.², situada em Cachoeira ou Faxinal de São Pedro, transcrita sob número 8.313, livro 3/H, fls. 53, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Rebouças, ao Município de Rio Azul, onde deverá ser implantado um centro turístico, do referido município.

Analisando a solicitação, conclui-se que a mesma poderá ser aprovada, uma vez que não fere mandamento constitucional e, de acordo com a informação n.º 081/84-CPE, da Coordenadoria do Patrimônio do Estado, conforme consta da justificativa do autor, o imóvel encontra-se sem destinação alguma.

Portanto, atendido o que preceitua o art. 21, VIII, e, da Constituição Estadual e segundo a informação da CPE, somos pela aprovação do presente projeto de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 27/03/85.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

GILBERTO CARVALHO

Relator.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 368/84, de autoria do Deputado TADEU LÚCIO MACHADO, que concede o Título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Senhor "GARIBALDI DUARTE REALE". Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Encerrada a discussão.

PROJETO DE LEI N.º 368/84

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.^o - Fica concedido o título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Senhor GARIBALDI DUARTE REALE.

Art. 2.^o - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05 de dezembro de 1984.

(a) TADEU LÚCIO MACHADO.

JUSTIFICATIVA:

Originário das primeiras gerações de paranaenses que povoaram o Norte Pioneiro, Garibaldi Duarte Reale, nasceu no Município de Jacarezinho, em 07 de abril de 1908. Filho de Pascoal Reale e Emilia Duarte, criou-se naquela região do Estado e, por força das circunstâncias imperantes à época, fez seus estudos no vizinho Estado de São Paulo, quando chegou a

fornar-se pela Escola de Farmácia e Odontologia de Pindamonhangaba. Durante esse período, participou das Revoluções de 1930 e 1932, quando lutou pela reconstitucionalização do País. Após a conclusão de seu Curso Superior, voltou a Jacarezinho, e desde então dedicou sua vida à agricultura.

Casou-se com Dona. Imma Giovanneti Reale, em abril de 1937, e tem duas filhas: Célia Reale Nogueira, casada com o Coronel Bussy Clesio Nogueira; e dois netos: Maurício Reale Nogueira e Sérgio Reale Nogueira; e Myrryam Reale Carstens, casada com Milton Julio Carstens; e três netos: Milton Reale Carstens Filho, Eduardo Reale Carstens e Izabel Reale Carstens.

Homem apegado à terra, Garibaldi Reale dedicou sua vida à agricultura, lutou por ela e por seus problemas, tendo fundado, nos idos de 1942, a Associação Rural de Santo Antonio da Platina, uma das primeiras entidades classistas de nosso Estado.

Fundou também a União das Entidades Rurais do Norte do Paraná, no ano de 1944, para poder imprimir um maior impulso às reivindicações das classes rurais. Foi fundador da Associação Paranaense de Cafeicultores, em 1946, tendo sido membro de sua Diretoria, em duas oportunidades, na qualidade de Presidente e de Secretário Geral.

Teve também sua experiência nas lides políticas, quando, por duas vezes, foi eleito Vereador no Município de Santo Antônio da Platina.

No Governo de Juscelino Kubitzcheck, em sua gestão como Presidente da Associação Paranaense dos Cafeicultores patrocinou a chamada "Marcha do Café", como forma de protesto contra o confisco cambial do café, da qual participariam mais de mil veículos inscritos, e que foi impedida por forças do Exército.

Fez parte da Diretoria da Federação das Associações Rurais do Paraná, de 1946 a 1950.

Idealizador e fundador da Fundação de Assistência ao Trabalhador Rural, no Governo Munhoz da Rocha, foi nomeado seu Secretário, dispensando qualquer remuneração pelo cargo.

Presidente da Comissão Nacional da Cafeicultura nos anos de 1980/81, movimentou intensa campanha contra o Confisco Cambial, promovendo a "Missa do Café", em Jacarezinho, com a participação de cafeicultores de todos os Estados cafeeiros do País.

Em 1981, mobilizou, em Santo Antônio da Platina, mais de quinhentos veículos entre tratores e caminhões, com o intuito de interditar as estradas, sendo dissuadido por companheiros, sempre em

sua labuta contra uma situação que considerava injusta para os agricultores.

É portador do título de Cidadão Honorário de Santo Antônio da Platina, justamente outorgado pelos Vereadores do município. Foi também homenageado com uma Placa de Prata, na cidade de Franca, Estado de São Paulo, pelo seu Cinquentenário de luta pelo Café, homenagem feita por cafeicultores de todo o Brasil.

Atualmente, é Vice-Presidente do Conselho Nacional do Café, com sede em São Paulo, e por sua iniciativa, e para a defesa da classe através de um órgão de peso, está formando em Brasília, no Congresso Nacional, o Bloco Parlamentar Ruralista com a participação de Parlamentares de todos os Partidos, principalmente os ligados de alguma forma à agricultura. Espera, com este movimento, proporcionar à classe agrícola um forte instrumento de defesa de suas reivindicações. Desse Bloco participam, de início, mais de cem Parlamentares, entre Deputados e Senadores, sendo apoiado pelo Presidente da Comissão de Agricultura do Senado, Senador Álvaro Dias, e pelo Presidente da Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados, contando, ainda, com o decidido apoio aos Deputados do Paraná.

Porém, existem outras situações que denotam sua condição de grande entendedor dos problemas do campo, e isso pode ser evidenciado por suas atitudes em sua fazenda. Afirma com orgulho que, por mais de cinquenta anos, nunca dispensou um empregado, mantendo e exigindo um regime de respeito ao trabalhador agrícola, no seu entender o legítimo e injustificado promotor do progresso e grandeza do País. Em sua propriedade, onde reside e sempre residiu com suas família, proporciona aos seus trabalhadores todas facilidades ao seu alcance, inclusive a garantia do futuro, através de um seguro de vida coletivo, para resguardar as respectivas famílias de qualquer imprevisto. Dá a toda criança que nasce na fazenda, até a idade de um ano, um litro de leite por dia, como modesta contribuição para que o Brasil possa contar com brasileiros mais fortes, para seu progresso e defesa. Proporciona assistência médica, hospitalar e dentária, através de três convênios com entidades assistencialistas rurais, de forma gratuita, aos trabalhadores e seus dependentes, e periodicamente faz uma contribuição de cobertores e agasalhos a todas as crianças menores de quinze anos.

Cita, com justo orgulho, que em sua fazenda ninguém morre à mingua, principalmente as crianças, pois todos ganham o necessário para viverem dignamente.

Por tudo o que aqui foi exposto, e, principalmente, pelo exemplo de conduta altaneira e dedicada, é que estamos apresentando esta justa homenagem a um paranaense da mais alta cêpa, pelo que esperamos a aprovação dos Nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.º 368/84

PARECER:

De autoria do nobre Deputado Tadeu Lúcio Machado, objetiva o presente Plano de Lei conceder o Título de Cidadão Benemérito do Paraná, ao Excelentíssimo Senhor "GARIBALDI DUARTE REALE".

Na extensa justificação o nobre autor demonstra a oportunidade da outorga da referida honraria.

A iniciativa não fere qualquer preceito de ordem constitucional.

Quanto ao aspecto legal, por outro lado atende o que estabelece a Lei n.º 5638, de 13 de setembro de 1967, que dispõe sobre a matéria.

Nestas condições e tendo em vista as razões expedidas, somos pela APROVAÇÃO do presente projeto de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 27/03/85.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Presidente;
GILBERTO CARVALHO - Relator.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Sobre a Mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Adhail Sprenger Passos, constante do expediente, solicitando voto de aplauso à Escola de Pais do Brasil - Seção de Curitiba, pela realização do XVII Seminário Regional da Escola de Pais do Brasil, nesta Capital. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Werner Wanderer, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Elstor Pedro Wilges, ocorrido no dia 10 de maio do corrente ano. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado José Antônio Fonseca, constante do expediente, solicitando voto de louvor à atriz Fernanda Montenegro, pelo gesto de dispensar o convite para o cargo de Ministra da Cultura, sob o fundamento de "não se sentia preparada" e que "é no teatro que ela dará a sua melhor contribuição de cultura ao País". Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando o envio de telex aos Senhores Presidente da República, Ministro de Minas e Energia, Presidente da

ELETOBRÁS e a Representação Paranaense no Congresso Nacional, com protesto desta Casa por ter sido excluído o Paraná da Diretoria da ELETROSUL, e encarecendo a convocação de nova assembléia da ELETROSUL a fim de se corrigir esta distorção continuista. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Tadeu França, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Governador do Estado e Secretária da Educação, encarecendo atendimento às reivindicações propostas por professores do Município de Maringá. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Ministro da Agricultura e Presidentes do Banco Central e do Banco do Brasil, bem como ao Conselho Monetário Nacional, transmitindo as reivindicações dos produtores rurais da região do Vale do Ivaí, no Estado do Paraná. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente, solicitando a convocação do Senhor Secretário das Finanças, para prestar a esta Casa os esclarecimentos sobre o processo de endividamento do Governo do Estado. Em discussão.

O SR. SÉRGIO SPADA - (Pela Ordem) Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 14, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO

3.ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs 247/84, 09/85, 59/85.

EM VOTAÇÃO

2.ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs 291/84, 300/84, 325/84.

EM VOTAÇÃO

1.ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs 327/84, 329/84, 366/84, 368/84.

1.ª DUSCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs 348/84, 369/84, 380/84, 382/84, 386/84, 01/85, 03/85, 04/85, 06/85, 56/85.

Levanta-se a Sessão.